

O OLHAR PSICOPEDAGÓGICO NA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL: O PSICOPEDAGOGO COMO AGENTE DE INCLUSÃO SOCIAL

Maria Luiza Garitano de Castro

RESUMO – Este artigo tem por objetivo apresentar a atuação do Psicopedagogo voltada à área institucional, especificamente aquela inserida no contexto educacional junto a adolescentes. Procura mostrar o papel do psicopedagogo institucional como agente de inclusão social. São apresentados cinco casos fundamentados na experiência da autora, sustentados em princípios da Psicologia Analítica, da Psicopedagogia e da Neurociência. Os casos abordam diferentes distúrbios de aprendizagem, de limitações cognitivas e físicas, distúrbios de atenção e questões emocionais. Identifica a demanda pelo estabelecimento e desenvolvimento da parceria família-escola, no que se refere ao comprometimento de ambas quanto ao processo de desenvolvimento do adolescente e suas dificuldades de aprendizagem.

UNITERMOS: Aprendizagem. Adolescente. Transtornos de Aprendizagem. Escolas. Relações comunidade-instituição.

INTRODUÇÃO

O ser humano é um ser por natureza curioso. Através da observação, procurou compreender os fenômenos da natureza: a chuva, os raios, o fogo, a forma de sobrevivência mais adequada em um mundo percebido inicialmente como inóspito e agressivo. Qual seja, procurava interagir de maneira ativa no ambiente que conhecia, e ainda o faz.

Nesse sentido, alguns antropólogos, tratando da evolução da espécie humana, apontam que foram os jovens neanderthais os primeiros a utilizarem-se na sua sociedade da “ferramenta inteligente”, economizando o esforço braço-mão.

Este é o processo de adaptação.

Ao longo da existência, o homem criou e aperfeiçoou sistemas para preservar e retransmitir o conhecimento adquirido, denominado “cultura”.

As escolas surgem como alternativa para a preservação desse arcabouço cultural, embora necessitem de constante aperfeiçoamento e reformulações.

As diversas teorias sobre o desenvolvimento da aprendizagem possibilitam explicações sobre os mecanismos pelos quais o ser humano aprende e evolui, de acordo com seus pressupostos e fundamentos.

Maria Luiza Garitano de Castro – Especialista em Psicopedagogia pela UNIP. Especialista em Psicologia Analítica pelo Instituto Sedes Sapientiae. Pedagoga USP, Psicóloga PUC-SP. Orientadora Educacional do Colégio FECAP

*Correspondência
Av da Liberdade, 532 – Liberdade – São Paulo – SP
Brasil – 01502-001 – Tel: (11)3272-2280
E-mail: luiza.castro@fecap.br*

A questão fundamental da aprendizagem é como se estabelece esse processo e quais variáveis podem contribuir ou atrapalhar seu desenvolvimento.

E, mesmo com a diversidade de teorias e diferenças de pressupostos, as crianças e os adolescentes são encaminhados desde pequenos às escolas, encontrando nesses ambientes profissionais com a responsabilidade de traduzir em linguagem compreensível o conhecimento acumulado pela humanidade, ou parte dele.

Base de todo processo de aprendizagem, a relação professor-aluno pode ser caracterizada como entre “ser que ensina e ser que aprende”, ou “seres que ensinam-aprendem”, dentre outras formas. Deve ser constituída como relação de troca de conteúdos, de conhecimentos, de afeto. No entanto, nem sempre é igualitária no sentido do domínio do objeto do conhecimento, pois o pressuposto é que, nesse processo, alguém detém mais conhecimentos que outros. Constatou-se a desigualdade existente entre os sujeitos, e esta percepção pode auxiliar ou prejudicar o processo, dependendo da maneira como o adulto se coloca na situação. Os adolescentes freqüentemente questionam o saber do professor e sua autoridade.

As habilidades por parte do “aprendente” não se encontram totalmente desenvolvidas, necessitam ser estimuladas e incentivadas. Por vezes, “latente” ou potencial, não se efetivando por fatores diversos.

A ESCOLA E AS LIMITAÇÕES

H. é uma garota de 17 anos, cursa a 3ª série do ensino médio. Apresenta desde pequena, pela anamnese realizada com os pais, dificuldade na aprendizagem geral. Tem mais duas irmãs, que “vão muitíssimo bem” no processo de escolarização. No entanto, os pais percebem a existência de competição acirrada entre elas. Refere-se a tentativas inválidas com o objetivo de evitarem que as outras filhas ridicularizassem a própria irmã. Não apresenta antecedentes familiares. Mãe reclama que pai superprotege a filha, “ele a mimia demais”. É meiga, carinhosa, “carente” e sempre disposta a participar das atividades extras desenvolvidas pela escola.

Encaminhada para diagnóstico psicopedagógico, constatou-se que H. é uma garota com dificuldades de natureza cognitiva, sendo considerada limítrofe. Família comunicada com

orientação de acompanhamento psicopedagógico e psicoterapia, a fim de fortalecer o ego de H. para que pudesse enfrentar as dificuldades de sua vida atual e futura, tanto pessoal quanto profissional de maneira mais tranqüila.

A família e H. recusaram a psicoterapia. Realizou-se durante algum tempo o acompanhamento psicopedagógico. Durante todo o processo de avaliação e acompanhamento, a escola manteve contatos freqüentes com a psicopedagoga, a fim de subsidiar a ação institucional com a aluna. Os dados discutidos foram transmitidos ao corpo docente, que foi instruído a trabalhar com H. no sentido de fortalecer sua auto-estima e reforçar suas competências. O processo de avaliação foi direcionado e focado de maneira única e individualizada, de acordo com suas potencialidades.

Em entrevista recente com a psicopedagoga escolar, H. relatou não se encontrar mais em acompanhamento psicopedagógico porque “não tem tempo”. A hipótese levantada é que H. não tem a consciência necessária sobre o que ocorre consigo mesma e ao seu redor, não compreende cognitivamente e utiliza-se de mecanismos de defesa fortíssimos que a impedem de enfrentar a realidade.

A irmã mais nova, na mesma série, matriculou-se em outra instituição educacional, o que aparentemente resultou em melhora da auto-estima. As constantes e freqüentes queixas psicossomáticas diminuíram e o comparecimento ao departamento de Orientação também.

Atualmente, H. procura por orientação quando necessita de apoio para suas dificuldades de relacionamento com os colegas.

Periodicamente, faz-se necessária a interferência junto aos colegas no sentido de conscientizá-los quanto às diferenças individuais e a necessidade da convivência com indivíduos com dificuldades e características diferenciadas, orientando-os no sentido da inclusão social e não, da exclusão.

A hipótese para o rompimento do trabalho psicopedagógico discutida com a psicopedagoga clínica é que H. ocupa um lugar predeterminado nessa constituição familiar que não pressupõe mudança ou melhoria. Ou melhor, ela é eleita a ocupar o lugar de “paciente identificado” e depositária das projeções familiares.

H. continua estudando no colégio. O trabalho da psicopedagoga foi o de relatar o diagnóstico aos professores, envolvendo a escola em processo de auxílio e apoio em seu peculiar desenvolvimento.

A atuação psicopedagógica junto aos adolescentes no contexto escolar refere-se principalmente ao processo de identificação de alunos com dificuldades, no levantamento de hipóteses diagnósticas junto à família, encaminhamento a especialistas e acompanhamento junto aos profissionais externos e ao corpo docente.

O fundamental e prioritário na aprendizagem é sempre procurar desenvolver e incentivar no sujeito o desejo pelo aprendizado.

Sem desejo, nada se faz. Não há sequer movimento interno em direção ao desconhecido. Não há motivação ou interesse. Não há evolução possível.

Para tanto, habilidades como a audição, a visão, a coordenação viso-motora, a capacidade de se orientar espacial e temporalmente, a atenção, memória, entre outras devem estar preservadas. São estes os pré-requisitos para que a aprendizagem formal possa se efetivar (domínio da leitura e escrita e do raciocínio matemático).

Não se deve forçar a natureza em demasia. Deve-se saber reconhecer os limites dos indivíduos. Cada um aprende em um tempo único e de maneira individualizada.

As crianças não são “tabula-rasa” como alguns teóricos consideravam, sem conteúdo ou conhecimento. Desde antes do nascimento apresentam um “background” considerável de conteúdos internos. O contato do meio externo com os conteúdos do inconsciente coletivo forma o inconsciente pessoal e o Ego, que tem a função de ressignificar os conhecimentos tecnologicamente. Este processo se denomina “cultura”.

Andar é um grande salto na evolução, falar certamente é outro, pensar é o máximo. É com esta capacidade que o homem se apropria do objeto do conhecimento e se torna responsável pelas modificações e transformações no mundo.

Mas não basta ter somente desenvolvida a capacidade reflexiva, se ela não puder se expressar no mundo. A aprendizagem depende também de fatores genéticos, neurológicos, orgânicos, psicológicos, cognitivos, pedagógicos e sociais.

CONSOLIDANDO SIGNIFICADOS E SIGNIFICANTES

V. era um garoto simpático e muito agitado. Não conseguia ficar quieto e sentado por muito tempo. Pais atentos desde que entrara na escola: a mãe era professora e o pai, médico. Relatavam um histórico de aprendizagem “difícil”, pois as questões disciplinares suplantavam as pedagógicas. Tornara-se um adolescente crítico e questionador. Tinha 12 anos, freqüentava a 6ª série, quando procurou a Orientação Educacional em um final de aula de Ciências com a seguinte questão:

“Afinal, para quê preciso saber quantas patas tem uma barata se o que me interessa entender é como matá-la?”.

A resposta, inicialmente, foi direcionada para que V. compreendesse que esse objeto de conhecimento se referia a estudos e observações sobre a vida, realizados por diversos pesquisadores durante séculos. Relacionei posteriormente o conteúdo às classificações e à organização do mundo para torná-lo mais compreensível: filos, reinos, etc. E, por último, que face à impossibilidade de antevermos o futuro, não saberíamos se ele necessitaria ou não daquele conteúdo em algum momento de sua vida. Não poderíamos naquele momento imaginar o que V. estaria fazendo dali a muitos anos, e se esse conteúdo não lhe seria útil. V. retornou às aulas muito pensativo.

A Professora de Ciências foi orientada a adotar postura pró-ativa, questionando-o, fazendo-o refletir sobre questões semelhantes, desenvolvendo atividades que permitissem o envolvimento efetivo com o objeto de conhecimento estudado correlacionando à sua realidade cotidiana: organização dos cadernos, das roupas em casa...

V. continuou crítico e reflexivo ao longo de sua adolescência. Pais orientados a buscar especialista para a realização de diagnóstico preciso sobre a natureza das dificuldades enfrentadas por V. A hipótese em questão era de Transtorno do Déficit de Atenção (TDAH) com hiperatividade, ou de transtorno de natureza psíquica (ansiedade). O resultado revelou inteligência acima da média, e por isso agitado e dispersivo. Ao ser comunicada do resultado, a psicopedagoga orientou os professores a fornecer constantemente tarefas mais

desafiadoras a V., que passou a demonstrar interesse e motivação, absorvendo os novos conteúdos com alegria ao compreendê-los.

Reafirmada constantemente a necessidade de acompanhamento psicológico. No entanto, a resistência de V. sempre foi muito alta.

Os pais encaminharam-se para psicoterapia de casal a fim de aprenderem a lidar com V. (1997)

Para Sara Paín¹, a psicopedagogia tem como foco central possibilitar o “reencontro do sujeito com o anseio pelo saber, pois em algum lugar ela (criança) o perdeu”.

Assim sendo, a função do psicopedagogo direciona-se à escuta e observação atenta das dificuldades, além de propor alterações nas posturas das famílias e, mais diretamente, dos profissionais que atuam com os alunos.

A relação professor-aluno deve ser construída cotidianamente, no fazer profissional. No âmbito estrito da psicopedagogia clínica e institucional o relacionamento estabelecido entre estes indivíduos é fundamental para a construção ou reconstrução da natureza do aprender, isto é, o vínculo estabelecido deve ser percebido como adequado, prazeroso e saudável.

O apreender do significado está também diretamente relacionado à existência de docentes preparados, conscientes de seus papéis de estimuladores, fomentadores, instigadores da curiosidade e da criatividade.

Esta relação deve ser desenvolvida e cultivada em sintonia com os aspectos afetivo-emocionais para que a aprendizagem se desenvolva adequadamente.

Carlos Byington², em “A Construção Amorosa do Saber”, reforça esse pensamento ao dizer que “não se pode ensinar utilizando-se somente o pensamento, a sensação e a extroversão sem deixar de lado uma imensa parte do potencial psíquico no aprendizado”. Deve-se ter claro que as funções sentimento, intuição e a atitude introvertida também estão presentes nesse processo e que o aprendizado é o resultado de um completo e total envolvimento do sujeito com o próprio processo. Ao se apropriar dele, a aprendizagem ocorre. O aprender a aprender se efetiva com a tomada de consciência quanto ao significado do objeto em estudo.

Ninguém aprende e apreende sem afeto, sem

desejo, sem curiosidade e sem vivenciar objetivamente o conteúdo em questão. Sem conseguir ressignificar, internamente de maneira única e intransferível, o conhecimento.

Portanto, a contextualização e as referências frequentes à vida cotidiana do jovem adolescente devem fazer parte do processo de aprendizagem.

Quem estuda sem vivência aprende, mas não apreende. Não há sentido, nem significado. A memória não armazena conteúdos percebidos como não significativos ou mesmo desinteressantes. Esses conteúdos permanecem por pouco tempo, arquivados na memória de curto prazo (recente), depois se esvaem. São vários os exemplos de alunos que não conseguem se recordar dos conteúdos estudados para as suas avaliações horas após as terem realizado.

Ao chegar à adolescência, o jovem já vivenciou inúmeras situações adequadas ou inadequadas de aprendizagem tanto familiar quanto social. O adolescente aos 11, 12 anos de idade tem uma enorme bagagem de conteúdos e vivências sobre seu próprio processo. É agora um ser diferente. Não é criança e nem adulto. Tem autonomia para determinadas questões, mas não para outras. Necessita elaborar novas situações de aprendizagem, pois as antigas não produzem mais os mesmos efeitos. Encontra-se em um momento novo, com vários profissionais. São diversas didáticas e metodologias. Depara-se com 10 ou mais disciplinas. Sente-se perdido, sem rumo e direção. Pergunta-se frequentemente quem é esse ser que desconhece. É efetivamente um adolescente.

Para Aberastury³, a tarefa do jovem nesta etapa é entender e compreender os novos pais, o novo corpo, o novo status e a nova identidade. Tudo é totalmente diferente do que era, configurando-se uma verdadeira revolução!

A angústia atinge níveis mais elevados ao se questionar onde foram parar aqueles pais tão maravilhosos que possuía, pois agora são percebidos como indivíduos falíveis e cheios de dificuldades a serem resolvidas e, pior, sem tempo para olhar aquele filho que cresceu e necessita de sua ajuda.

A FAMÍLIA E A ESCOLA

R. procura a Orientação chorando bastante.

Demonstra profunda angústia. Quando se acalma, relata enfrentar dificuldades em seu relacionamento com os pais, que não acreditam mais nela e a cobram excessivamente, diferentemente da irmã mais velha. “Para eles, a minha irmã pode fazer qualquer coisa. Ela chega e diz que tem prova no dia seguinte e nem estudou e nada acontece. Se eu falar a mesma coisa, a pergunta que vou ouvir é se fiquei maluca e como ainda não estudei. A minha irmã é mais inteligente. Demais!” Ao ser indagada se ela então não era, respondeu: “Eu sou, eu sei que sou, mas não agüento mais o controle e a desconfiança. Quero que minha mãe converse comigo sobre as minhas dificuldades ao invés de me criticar ou me colocar restrições para a vida! Por que mudaram tanto?”

R. é a segunda filha de três meninas. Aos 16 anos, cursa a 2ª série do ensino médio. Mãe não exerce atividade profissional. Diz ser extremamente responsável pela educação das filhas, “mesmo porque sou cobrada também”. E, admitiu que infelizmente a comparação poderia estar alta e freqüente. Relatou considerar a filha mais velha como muito inteligente, “com quem nunca precisei me preocupar”. Por outro lado, referiu-se a R. como “muito esforçada, necessitando sempre de muito apoio e orientação desde pequena”.

A intervenção da psicopedagoga dirigiu-se à diferença por eles estabelecida entre as filhas e ao esclarecimento quanto às diversas formas de aprendizagem possíveis. Cada indivíduo aprende de forma específica, não havendo sentido nas comparações. Além disso, questionou-se qual forma R. poderia ter a atenção dos pais se fosse igual ou semelhante à irmã nesse aspecto. A mãe informou que conversaria com o marido a fim de amenizar as comparações e críticas.

A psicopedagoga orientou R. a organizar seu horário de estudos diários em casa. Quanto à relação com sua família, conversaria mais no sentido de apontar-lhes mudança em suas atitudes, não mais mentindo ou omitindo dados.

Dias após, R. relatou estar mais aliviada e tranqüila, pois os pais haviam conversado longamente sobre suas dificuldades e se propuseram a ajudá-la a resolvê-las. Além disso, contou-lhes que namora um rapaz da faculdade e o apresentara à família. (2004)

Entende-se que a função do psicopedagogo é investigar todas as variáveis possíveis existente

no processo de aprendizagem, a fim de orientar as famílias para a resolução de conflitos, inclusive de natureza afetiva-emocional.

O adolescente vive hoje em um mundo cada vez mais complexo, globalizado e veloz. Tem acesso ao mundo informatizado que propicia a troca de informações em velocidade antes inimaginável. Toma ciência do que ocorre do outro lado do mundo em segundos.

O que move o jovem ir à escola atualmente? Dirigir-se a um local onde deve cumprir regras e normas, ter comportamento adequado e ainda aprender um conteúdo considerado a priori como “chato” e sem o menor significado neste momento?

O social é o vetor que determina e mobiliza o jovem a se encaminhar diariamente à escola. Os colegas, o grupo de pares e iguais, passam a ser o centro de referência dos adolescentes. Amigos e competidores ao mesmo tempo. Campeonatos e olimpíadas são sempre atividades de grande envolvimento para eles: tênis de mesa, futebol, de todas as modalidades esportivas, e até mesmo de matemática e física...

Gostam e desejam demonstrar e exibir suas habilidades físicas ou intelectuais e se autoafirmar perante o grupo. É o momento da descoberta de si mesmo e do outro e seus relacionamentos se transferem para os colegas e amigos, abandonando aos poucos a própria família. Revê padrões e reformula valores adquiridos na infância.

O adolescente desenvolve outras habilidades nesta etapa e necessita dar conta de sua própria “ebulição” hormonal.

É a fase das discussões sobre o rumo que irá tomar, qual profissão escolher e seguir. É muito angustiante não saber o que estará fazendo em um futuro próximo. Crescer não é mais tão maravilhoso, uma vez que a independência é percebida como relativa.

A função das famílias e da instituição escolar nessa fase é assessorar, incentivar o desenvolvimento da autonomia e da independência, de maneira responsável e coerente.

A parceria família-escola deve ser estabelecida com vista ao apoio e suporte das dificuldades enfrentadas cotidianamente pelos alunos.

No entanto, é baixa a freqüência à escola das famílias cujos filhos apresentam dificuldades de aprendizagem, de aproveitamento e disciplinares.

Nas reuniões de pais, os índices de comparecimento são proporcionais à série em que o filho se encontra e ao trimestre letivo. Ou melhor, o maior índice se estabelece na 1ª reunião (final 1º trimestre) para a 1ª série. Nas demais, os índices caem.

Percebe-se, pois, que alguns pais de alunos com sérias dificuldades não se manifestam, sendo necessário convocá-los para entrevistas a posteriori.

Em geral, o psicopedagogo escuta que não há tempo para comparecerem ao colégio para a discussão desses assuntos e, que os filhos não são mais crianças. Delegam a responsabilidade pelo processo de aprendizagem ao próprio adolescente, que se encontra “perdido”.

Cabe ao profissional sensibilizar as famílias que os jovens, embora se coloquem como autônomos e independentes, ainda são vulneráveis e necessitam de apoio e ajuda em vários momentos.

As dificuldades de aprendizagem podem coexistir com dificuldades de percepção visual, auditiva, de linguagem, de atenção (TDAH), de memória, transtornos psicológicos, psiquiátricos e situações de privação cultural. Estes padrões podem estar perturbados desde os estágios iniciais do desenvolvimento e não terem sido diagnosticados adequadamente.

ACOMPANHANDO AS DEFICIÊNCIAS DOS ALUNOS

L. apresentava desde o Fundamental I queixa de agitação e dispersão. Segundo as Orientadoras anteriores, a mãe não havia procurado diagnóstico como recomendado, mas estava presente na vida da filha de forma adequada. Os cadernos eram amassados e a letra de difícil compreensão. Movimentava a cabeça de lado a lado e derrubava seus objetos no chão por todos os lados.

Após um ano inteiro de solicitações de realização de diagnósticos, na 5ª série, L. foi reprovada. A queixa proveniente do corpo docente se referia a dificuldades de atenção e concentração, e muita agitação durante as aulas. Apontada hipótese de imaturidade, decidiu-se pela reprovação. No ano seguinte, após insistentes queixas da filha de dores de cabeça, a mãe resolve levá-la ao oftalmologista. Diagnóstico: ambliopia não detectada na

infância que poderia ter sido corrigida. L. apresentava somente 20% da visão do olho esquerdo, sendo este um dos fatores que a tornava distraída e dispersa. Segundo a mãe, L. nunca havia se queixado “porque achava que todo mundo enxergava daquele jeito”!

A psicopedagoga informou ao corpo docente o resultado do diagnóstico oftalmológico de L. As questões suscitadas envolviam as observações falhas da instituição educacional, uma vez que L. era aluna da escola desde o Maternal e, também, da própria família que não havia percebido essa dificuldade.

Encaminhada a especialistas continuou a estudar na instituição. A interferência da psicopedagoga subsidiando as ações do corpo docente possibilitou o resgate de sua auto-estima. (1998)

Ao contrário do que se acreditava até recentemente, o cérebro adolescente encontra-se em formação e em reorganização, sofrendo modificações freqüentes. Passa por diversas alterações em sua densidade, para ao final da adolescência, regredir e se estabilizar. Nesta etapa, os jovens iniciam o processo de compreensão e “trabalham conceitos mais complicados e abstratos”, diz Strauch⁴.

Isto significa que há uma grande revolução cerebral nessa etapa da vida, o que pode significar que as dificuldades de aprendizagem são também decorrentes dessas alterações neuroquímicas.

Não se sabe ainda perfeitamente quais os mecanismos neurológicos envolvidos nesse processo. O que se constata efetivamente é que o adolescente que apresenta dificuldades de aprendizagem é necessariamente um ser que sofre. Sofre porque não se entende, não consegue superar suas dificuldades, define-se e é definido como “lento, burro, ou mesmo esforçado, agitado”. Possui auto-estima profundamente abalada e rebaixada. É estigmatizado pelo grupo que o isola e não o quer em grupos de trabalho, e muitas vezes de convivência. Possui uma dor interna imensa que necessita ser cuidada e, se possível, curada.

Esse jovem vive a angústia diariamente. Comete erros. E os colegas “projetam-se” uns sobre os outros, ridicularizando-se e sendo ridicularizados, atuando o narcisismo e

o sadismo, característicos dessa fase, indiscriminadamente.

DIFERENÇAS DE RITMO: ESCOLA E ALUNOS

B. chegou ao colégio na 1ª série do ensino médio com histórico de passagens por diversas escolas anteriores. Muito agitado desde o primeiro dia. Enrolava o cabelo na testa incessantemente. “É um tique mesmo. Tenho desde pequeno!” Apresentava dificuldades comportamentais e disciplinares cotidianamente, quando não várias vezes no mesmo dia. Professores relatavam não conseguirem dar aulas com sua presença.

Os pais compareceram às entrevistas, após repreensões e suspensões. Relataram estarem cansados de tantas reclamações. Sempre irrequieto, desde pequeno. Derrubava tudo, mas andava de bicicleta muito bem. Apresentara atraso na fala e parecia estar “ligado na tomada”. Tinha sono agitado. Questionados sobre encaminhamentos ou tratamentos, argumentaram que nenhum havia dado resultado. Fez terapia, acompanhamento psicopedagógico e outros tratamentos alternativos, mas nada surtira o efeito desejado e esperado. De acordo com o relato, os dados de observação e relatos do corpo docente, levantou-se a hipótese de hiperatividade e sugerido encaminhamento para diagnóstico por neurologistas. A mãe questionou a orientação relatando que havia levado B. a diversos neurologistas. “Mas, resolveram medicá-lo com Metilfenidato, a Ritalina, que causa dependência. Eu não o deixei tomar mais, mesmo porque após um mês os sintomas haviam retornado. No entanto, me lembro da felicidade estampada no rosto dele após ser medicado pela primeira vez, chegar em casa com lágrimas nos olhos dizendo que aquele tinha sido o primeiro dia em sua vida que tinha conseguido prestar atenção na aula o tempo todo”. Sugerida nova avaliação que não foi realizada.

B. transferiu-se da escola em função das queixas frequentes por parte dos professores e colegas de sala que alegavam não conseguirem prestar atenção com ele por perto, embora muito querido. Os pais foram orientados a matricularem B. em escola que atende adolescentes com dificuldades. Aos pais foi sugerida psicoterapia de apoio.

De acordo com relatos de colegas, sabe-se que B. está adaptado a essa instituição embora com a

mesma sintomatologia. Depreende-se que se fosse medicado e os sintomas desaparecessem ou mesmo diminuíssem, os pais deveriam dar conta de suas próprias dificuldades e limitações, o que provavelmente não era interessante. Portanto, a manutenção do sintoma serve para não modificar a estrutura familiar.

Foram diversas as intervenções. Todas as exclusões foram trabalhadas e discutidas com o aluno, que dificilmente conseguia avaliar seus comportamentos como inadequados. Dizia-se “perseguido” e “marcado”. O que não percebia é que era novo, tendo ingressado junto com todos os demais da 1ª série, o que não poderia resultar em pressupostos desse gênero. Colocava-se a dificuldade de se trabalhar com um garoto portador de TDAH sem tratamento, onde as dificuldades comportamentais suplantavam as pedagógicas. Certamente apresenta excelente capacidade intelectual que está sendo “desperdiçada” por não ter a possibilidade de exercê-la de maneira adequada. (2003)

As dificuldades de aprendizagem são sintomas de algo mais profundo, reveladoras da dinâmica de personalidade daquele adolescente em especial.

Na prática psicopedagógica, a escuta e o olhar analítico-clínico devem estar presentes todo tempo, pois estas atitudes direcionam a reflexão e o encaminhamento de estratégias de ajuda ao adolescente.

As queixas nesta área partem, portanto, de três instâncias diferentes: o corpo docente, os pais e o próprio adolescente.

O corpo docente aponta adolescentes com dificuldades na compreensão do conteúdo e problemas disciplinares. O encaminhamento pode ser feito da seguinte maneira:

1. Queixa;
2. Professor responsável;
3. Conteúdo específico;
4. Habilidades e competências requeridas;
5. Metodologia e didática desenvolvida;
6. Características de personalidade do professor;
7. Relacionamento estabelecido entre professor-aluno;
8. Reação frente à dificuldade em aprender do aluno específico.

Portanto, depreende-se que o psicopedagogo institucional deva conhecer o corpo docente e suas características (qualidades e defeitos) através de dados de observação da prática cotidiana em sala de aula.

Qual a pesquisa que conduzimos para inventariar quem somos e como nos sentimos agentes nos nossos papéis de educadores? Como não consigo ensinar adequadamente aos alunos?

Alguns se isentam da resposta e do processo. Delegam a responsabilidade única e exclusiva ao próprio adolescente ou à família.

Alguns se disponibilizam a participar de processo de reflexão para efetivamente investirem em uma relação de mudança de paradigmas e estigmas frente ao aluno.

Os pais comparecem ao setor de psicopedagogia da escola em duas situações: espontaneamente ou convocados.

Espontaneamente, procuram o psicopedagogo quando os filhos apresentam aproveitamento abaixo da média esperada, dificuldades pessoais, disciplinares ou de saúde, indagando qual estratégia adotar para a melhoria do rendimento pedagógico.

O psicopedagogo oportuniza o levantamento do histórico sobre o processo de aprendizagem do jovem e infere hipóteses diagnósticas junto à família. Se necessário, encaminha a especialistas. Os dados levantados ficam registrados na ficha de dados dos alunos e arquivados em prontuários individualizados.

Interessante observar que raramente estes pais se incluem como co-responsáveis pelas dificuldades e pelo eventual fracasso do filho. O problema é do “outro”, do filho, que não estudou o suficiente, foi “vagabundo”, preferiu ficar com os colegas, na Internet e não estudar. Ou então, da escola, que não é capaz de ajudar na mudança de atitude, ou não compreende suas dificuldades.

Esquecem muitas vezes que foram adolescentes e que estas criaturas com dificuldades foram educadas em seus lares. Projetam-se sobre os filhos e os elegem como “pacientes identificados” de suas próprias dificuldades. Como o caso de B.

Alguns pais relatam que não apresentaram desempenho satisfatório em seu próprio processo de escolarização e omitem esses dados de seus filhos, deixando-os como únicos responsáveis

pelo “fracasso” e pelas dificuldades. Cabe ao psicopedagogo orientá-los a relatarem suas falhas aos filhos, mesmo que para isso percam o papel de “super-heróis”.

Como diria Carl G. Jung⁵, o pior segredo é aquele que não é dividido com ninguém, que fica no inconsciente, incomodando, não externalizado ou encarado de forma madura e adulta. Omissões são atitudes perniciosas mesmo porque o inconsciente do jovem percebe que há algo errado e reage, muitas vezes, atuando as dificuldades familiares.

Sigilo, portanto, somente se a família não permitir. Os dados levantados devem estar à disposição do corpo docente.

A atitude ideal com os adolescentes com dificuldades de aprendizagem é a aceitação da problemática e da limitação. Os adultos envolvidos devem ser orientados a conversar honestamente sobre a questão e a adotar postura de autenticidade, pois são modelos de identificação para os jovens.

Os adolescentes chegam com suas queixas quando já conscientes das dificuldades. Procuram ajuda para conversar com os pais percebidos como “feras” e “incompreensivos”. Solicitam, dependendo do grau de maturidade, orientação quanto a melhor forma de estudar, de aprender ou a indicação de professores particulares.

A resolução das dificuldades começa pela constatação e aceitação das próprias limitações e pelo desenvolvimento de estratégias criativas para aprender a aprender.

A participação em sala de aula, o trabalho em equipe, as tarefas, o desempenho nas avaliações orais e escritas, as ausências são dados essenciais para o levantamento de hipóteses.

O psicopedagogo deve lançar mão de estratégias diferenciadas na tentativa de resolução dos problemas apresentados: recorrer ao levantamento do aproveitamento junto ao corpo docente, a testes como o Par Educativo, de atenção, memória, análise de relatórios sobre o desempenho global por sala e por série. Mas, em princípio, nada disso funciona se o psicopedagogo não desenvolver atitude de acolhimento e de escuta das dificuldades.

Não cabe somente à escola resolver a questão. Ela não é uma instituição auto-suficiente.

Ao professor cabe a tarefa de estar atualizado constante e continuamente, seja por

reuniões ou cursos extras. E guardar sigilo dos dados fornecidos.

Às instâncias diretivas cabem o incentivo e estímulo aos adolescentes à permanência na escola, proporcionando atividades que possibilitem os aprenderes diferenciados como a escola de esportes, skates, xadrez, tênis de mesa, atividades de solidariedade (essencial para desenvolver o sentimento de mudança da sociedade), cursos extras como gastronomia, cartoons, fotografia, meditação, dentre outros.

Cabe à instituição, o estímulo e incentivo cotidiano para o aluno desenvolver atitudes na direção de aprender a aprender e a consciência sobre as diversas formas de aprendizagem: inclusão social.

Cabe ao psicopedagogo escolar estar frequentemente atualizado sobre os conheci-

mentos de sua área. É o responsável pela realização de pré-diagnósticos, encaminhamentos a especialistas e assessoria aos alunos que apresentam dificuldades através da intermediação entre os clínicos, o corpo docente e a comunidade. A escuta diferenciada, o olhar atento e o acolhimento afetivo ao ser que aprende e ao ser que ensina não podem faltar no fazer psicopedagógico. E o desenvolvimento de estratégias diversificadas no atendimento aos alunos com dificuldades, para que façam parte da sociedade, não os excluindo da convivência (inclusão). Nesse sentido, o psicopedagogo atua com o objetivo de conscientizar os adolescentes sobre o mundo heterogêneo e diversificado em que vivemos. E, procura sensibilizá-los a exercerem atitudes de co-responsabilidade pela construção de um mundo melhor e mais justo, aceitando as diferenças e o potencial individual.

SUMMARY

The specialist's view in the Educational Institution: the psychopedagogue as an agent of social inclusion

This article wants to introduce specialist's work around the institutional area, mainly educational context together with the teenagers. This article shows us psychopedagogue's work as an agent of social inclusion. They are showed five statements about author's experience according to psychology, psychopedagogy and neurology concepts. These statements study different problems of learning in general, such as emotional causes, attention disorders, etc. The development about change of experiences between family and school refers to the improvement's process of teenagers and their learning disabilities.

KEY WORDS: Learning. Adolescent. Learning disorders. Schools. Community-institutional relations.

REFERÊNCIAS

1. Pain S. Subjetividade e objetividade: relações entre desejo e conhecimento. São Paulo: CEVEC; 1996.
2. Byington CAB. A construção amorosa do saber: o fundamento e a finalidade da pedagogia Junguiana. São Paulo: Religare; 2003.
3. Aberastury A. Adolescência normal. Porto Alegre: Artmed; 1981.
4. Strauch B. Como entender a cabeça dos adolescentes: as novas descobertas sobre o comportamento dos jovens. Rio de Janeiro: Campus; 2003.
5. Jung CG. O desenvolvimento da personalidade. São Paulo: Vozes; 1982.

Esse texto originou-se da experiência da autora ao longo de 15 anos de exercício profissional como Orientadora Educacional de várias escolas de São Paulo (Colégio São Luís, Colégio Rio Branco e Colégio FECAP).

Artigo recebido: 29/04/2004

Aprovado: 30/06/2004